



CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

ATA 7/2018

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezoito pelas quinze horas teve lugar na sala de reuniões dos Serviços Centrais e da Presidência do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) a reunião nº 7/2018 do Conselho Geral, com a presença dos conselheiros constantes da lista de presenças (Anexo 1), e com a presença do Presidente do IPCB. Estiveram ausentes da reunião, em representação dos docentes os Conselheiros João Luís de Moraes de Oliveira Belo, Jorge Salvador Pinto de Almeida e Maria da Natividade Carvalho Pires; em representação dos elementos cooptados a Conselheira Helena Maria de Oliveira Freitas e o Conselheiro Joaquim Morão Lopes Dia e em representação dos alunos os Conselheiros João Nuno M. Barroso e Mariana Gomes Viegas, todos por motivos justificados e Samuel Filipe Monteiro Bento sem qualquer justificação. A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de Posse de novos membros do Conselho Geral (Professor Arlindo Silva em substituição do Professor António Fernandes; Dr. Paulo Fernandes em substituição da Professora Maria de Lurdes Rodrigues);
2. Aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2017 e das Contas Consolidadas de 2017;
3. Aprovação do Plano de Atividades para 2018;
4. Proposta de Aprovação do valor das propinas para o ano letivo 2018/19;
5. Proposta de alteração ao artigo 27º do Despacho normativo n.º 58/2008 de 6 de novembro - estatutos do IPCB;
6. Outros assuntos.

1. Tomada de Posse de novos membros do Conselho Geral (Professor Arlindo Silva em substituição do Professor António Fernandes; Dr. Paulo Fernandes em substituição da Professora Maria de Lurdes Rodrigues).

O Presidente do Conselho Geral deu posse aos novos Conselheiros, Arlindo Ferreira da Silva e Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, em substituição dos anteriores Conselheiros António Fernandes e Maria de Lurdes Rodrigues, que pediram suspensão do mandato.

2. Aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2017 e das Contas Consolidadas de 2017

O Presidente do IPCB informou que o Relatório de Atividades e Contas de 2017 foi aprovado no dia 12 de abril de 2018 numa reunião do anterior Conselho de Gestão do IPCB. Foi elaborado ainda sob a coordenação do Presidente cessante, Professor Doutor Carlos Maia que decidiu, face à proximidade daquela data com a previsão da tomada de posse do novo presidente do IPCB não solicitar uma reunião do Conselho Geral para aprovação do Relatório. O relatório foi, no entanto, enviado para as entidades competentes, cumprindo os prazos.

Prestação de contas	Até 30 de abril	Enviado por email para a DGO
Prestação de contas	Até 30 de abril	Site do TC
Unidade de tesouraria (prestação de contas)	Até 30 de abril	Site da DGO
Balancete analítico (prestação de contas)	Até 30 de abril	SIGO
Prestação de contas consolidadas	Até 30 de junho	Enviado por email para a DGO
Prestação de contas consolidadas	Até 30 de junho	Site do TC

O Presidente do IPCB fez uma apresentação sumária do Relatório de Atividades de 2017, tendo em consideração os seguintes aspetos:

Indicou quais as metas/ações não concretizadas; referiu que a Taxa de Concretização do plano de atividades foi de 81%; resultados obtidos no numero de alunos que iniciaram a sua atividade formativa no IPCB; que se verificou um aumento do número de ETI de 5,2%; que 4 Docentes transitaram na carreira tendo em conta as alterações nas suas habilitações académicas, como a conclusão de programas de doutoramento ou a obtenção do título de Especialista; que o Absentismo verificado no IPCB foi de 11493 dias - 11,9% no corpo docente e 11024 dias - 22,91% no corpo não docente; existiu uma redução no corpo não docente; as Colocações totais foram de 986 (622 e 364) alunos para 948 vagas, a que corresponde um total de 104% de taxa de alunos colocados; abordou sumariamente a Área financeira e por fim referiu-se aos SAS – total da percentagem de bolsas no IPCB, 32%, número elevado que denota uma população estudantil com dificuldades económicas e que foi ainda prestado apoio social extraordinário em condições extraordinárias e sempre que necessário.

O Conselheiro Francisco Lucas “chamou a atenção para o facto de, no futuro, se dever ajustar o prazo para apresentação (para efeitos de aprovação pelo Conselho Geral do IPCB) do Plano de Atividades do ano anterior aquele em que ocorrem eleições para a Presidência do IPCB, por forma a que possa ser o chefe da equipa dirigente vigente na altura a apresentar e defender no Conselho Geral e referido Relatório. Caso contrário, sucederá o que está a ocorrer neste momento: é o novo Presidente do IPCB que apresenta o Plano de Atividades que foi desenvolvido sob a alçada do anterior presidente, o que não faz qualquer sentido, na sua opinião (independentemente da constituição das equipas dirigentes, nova e antiga)”.

O Sr. Presidente do IPCB respondeu que sendo Vice-Presidente no anterior mandato foi com muita honra que apresentou o documento. O facto de o documento não ter sido apresentando antes deve-se à opção tomada pelo Presidente cessante. Quanto à segunda questão, procuraram sempre olhar para os resultados alcançados em cada uma das medidas traçadas e no ano seguinte esse resultado serve de *input* na definição de novas metas, focada na melhoria contínua, com metas mais exigentes ou baixando a fasquia caso o resultado fique aquém do desejável.

Colocado o Relatório de Atividades e Contas de 2017 a votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes.

3. Aprovação do Plano de Atividades para 2018

O Presidente do IPCB referiu que o Presidente cessante, Professor Doutor Carlos Maia, decidiu não elaborar o Plano de Atividades para 2018 em dezembro de 2017 e sujeitá-lo à apreciação e aprovação por parte do Conselho Geral. Indicou ainda que será elaborado até ao final do ano o plano estratégico para 2019-2022 assim como o plano de atividades para 2019, que será consequente com o plano estratégico aprovado pelo Conselho Geral.

Para 2018, o documento elaborado tem em consideração o Plano Estratégico do IPCB para o quadriénio 2014-2018, aprovado pelo Conselho Geral anterior, uma vez que a Instituição até maio funcionou tendo como base de planeamento o Plano Estratégico existente. A elaboração do Plano de Atividades para 2018 teve, no entanto, em consideração os condicionalismos verificados atualmente e os resultados alcançados no passado recente, sofrendo por isso, as devidas adequações.

Fez ainda uma apresentação sumária do plano de atividades, com especial destaque para algumas medidas mais pertinentes.

Intervenção da Conselheira Maria de Fátima Paixão:

“Relativamente ao Plano de atividades apresentado pelo presidente do IPCB, a conselheira Maria de Fátima Paixão, fez os seguintes comentários:

- Relativamente aos Cursos TESP, considerando que no início as propostas foram em elevado número, tendo vários ficado sem candidatos, e que a oferta de cursos tem vindo a diminuir mas que se mantém alguma dificuldade, sugeriu que para tentar elevar o número de candidatos, seria desejável que as instituições próximas se articulassem em rede de modo a não causar dispersão no número de candidatos, prejudicando-se entre si.

- Sobre a identificação das áreas de formação das Unidades Orgânicas, referiu que, além de outros cursos em áreas diversificadas apontados no documento, na área da Educação a ESE não tem apenas oferta de Formação de Professores mas também outros cursos, tendo proposto que figurasse também Ciências da Educação a par de Formação de Educadores e Professores.

- A propósito dos quadros relativos a pessoal docente e não docente, no IPCB, questionou por que motivo nos anos anteriores surgia o número de postos de trabalho "ocupados" e o número de postos de trabalho "a ocupar" no ano a que respeitava o Plano e, no atual, fora alterado para postos de trabalho "ocupados" e "não ocupados".

O Sr. Presidente concordou com a Conselheira Maria de Fátima Paixão, relativamente à necessidade de reduzir a dispersão de candidatos pelos CTESP, sendo que para o ano letivo 2018/19 serão considerados alguns critérios suscetíveis de melhorar aquela questão. Quanto à mudança de terminologia de “número de postos de trabalho a ocupar” para “número de postos não ocupados”, referiu parecer-lhe mais correto na medida em que “número de postos de trabalho a ocupar” sugere a ideia que vão ser efetivamente ocupados no ano em causa, o que pode não acontecer.

Intervenção do Conselheiro António Moitinho:

“Relativamente ao número mínimo de 12 alunos matriculados para que um Curso Técnico Superior Profissional possa funcionar no IPCB, conforme previsto no Plano de Atividades para 2018, o conselheiro António Moitinho Rodrigues referiu que os 12 alunos matriculados no início do curso não deixam margem para que eventuais desistências de alunos afetem o financiamento do curso uma vez que o número mínimo de estudantes que garantem o financiamento dos CTESP é de 12. Neste sentido considerou mais adequado o número mínimo de 14 estudantes matriculados.”

O Sr. Presidente concordou com o Conselheiro António Moitinho Rodrigues. Acrescentou que de facto a questão do financiamento dos CTeSP tem sido um problema grave do passado recente com CTeSP a funcionarem com um número muito reduzido de estudantes, abaixo do número mínimo para garantia de financiamento ao funcionamento. Adiantou que o critério será de 12 estudantes na 1ª fase de candidatura, esperando que na 2ª fase de candidatura os resultados possam ainda melhorar. Mesmo assim considera um passo importante e determinante relativamente ao passado onde não havia praticamente critérios sobre esta matéria.

Intervenção do Conselheiro Nuno Rodrigues, da qual não foi enviada qualquer informação para constar na ata.

Colocado a votação, o Plano de Atividades para 2018 foi aprovado por unanimidade dos presentes.

4. Proposta de Aprovação do valor das propinas para o ano letivo 2018/19.

Após apresentação pelo Sr. Presidente do IPCB das várias propostas referentes à fixação de propinas para o ano letivo de 2018/19, intervieram vários Conselheiros acerca do assunto em discussão, nomeadamente os Conselheiros António Pinto e Paulo Fernandes.

Foram colocadas à votação as propostas apresentadas, tendo os resultados sido os seguintes:

- Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP): €500 (quinhentos euros)

Aprovado por unanimidade dos presentes.

- Ciclos de estudos conducentes ao grau de Licenciado:

Estudante nacional: €840 (oitocentos e quarenta euros)

Aprovado por unanimidade dos presentes.

- Ciclos de estudos conducentes ao grau de Licenciado

Estudante internacional: €1100 (mil e cem euros)

Aprovado por unanimidade dos presentes.

- Pós-Graduações (dependendo do plano financeiro)

De €495 a €2000 (quatrocentos e noventa e cinco euros a dois mil euros)

Aprovado por unanimidade dos presentes.

- Ciclos de estudos conducentes ao grau de Mestre (exceto Mestrado em Cuidados Paliativos e Mestrado em Enfermagem)

60 ECTS	1.º ano	1.º e 2.º semestre	€990 (novecentos e noventa euros)
---------	---------	--------------------	-----------------------------------

Aprovado por unanimidade dos presentes.

- Ciclos de estudos conducentes ao grau de Mestre (exceto Mestrado em Cuidados Paliativos e Mestrado em Enfermagem)

90 ECTS	1.º ano	1.º e 2.º semestre	€990 (novecentos e noventa euros)
	2.º ano	3.º semestre	€495 (quatrocentos e noventa e cinco euros)

Aprovado por unanimidade dos presentes.

- Ciclos de estudos conducentes ao grau de Mestre (exceto Mestrado em Cuidados Paliativos e Mestrado em Enfermagem)

120 ECTS	1.º ano	1.º e 2.º semestre	€990 (novecentos e noventa euros)
	2.º ano	3.º e 4.º semestre	€990 (novecentos e noventa euros)

Aprovado por unanimidade dos presentes.

- Ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Cuidados Paliativos da ESALD

90 ECTS	1.º ano	1.º e 2.º semestre	€1500 (mil e quinhentos euros)
	2.º ano	3.º semestre	€750 (setecentos e cinquenta euros)

Aprovado por unanimidade dos presentes.

- Ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Enfermagem *(em associação)*

90 ECTS	1.º ano	1.º e 2.º semestre	€2000 (dois mil euros)
	2.º ano	3.º semestre	€1000 (mil euros)

Aprovado por unanimidade dos presentes.

O Presidente do IPCB referiu que trará até dezembro de 2018 o valor das propinas para o ano letivo 2019/20.

5. Proposta de alteração ao artigo 27º do Despacho normativo n.º 58/2008 de 6 de novembro - estatutos do IPCB.

No âmbito das competências previstas no artigo 68.º, n.º 4 a) da Lei n.º 62/2007 (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) conjugada com o disposto no nº 2 do art.º 26º dos Estatutos do IPCB, publicados no Despacho Normativo nº 58/2008 de 6 de novembro, submete-se à apreciação do Conselho Geral a proposta de alteração ao art.º 27.º dos Estatutos do IPCB.

Nesse sentido propõe-se a introdução no artigo 27.º dos estatutos do IPCB de um ponto 4, que visa enquadrar a situação do administrador do IPCB, com a seguinte redação:

4. O cargo de administrador do IPCB é equiparado, para todos os efeitos legais, a subdiretor-geral, aplicando-se-lhe o disposto na Lei n.º 2/2014 de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública. Esta disposição produz efeitos a 1 de janeiro de 2018.

Colocada a votação, foi esta alteração aprovada por unanimidade dos presentes.

6. Outros assuntos

O Presidente do IPCB abordou vários assuntos neste ponto da ordem de trabalhos, com destaque para:

6.1 – Atividades / Ações Desenvolvidas

Reorganização de Serviços

- Reorganização do CEDER com atribuição de execução de novas tarefas/funções;
- Reorganização dos SFP. Rescisão do contato com o interlocutor da Primavera e negociação direta com a Primavera;
- Reorganização dos Serviços Técnicos;
- Reorganização do financiamento dos CTeSP;
- Reorganização do modelo de propostas de contratação (ETI) pelas Escolas;
- Criação do Conselho de Coordenação da Investigação;
- Criação do gabinete para a digitalização e inclusão 4.0.

Elaboração/Atualização de Regulamentos

- "Prestação de Serviço Docente do IPCB".
- "Regulamento de Participação dos Colaboradores em Projetos de Investigação e Desenvolvimento do IPCB";
- "Regulamento de prestação de serviço do IPCB".

Reuniões

- 2 Reuniões de diretores;
- Participação em reuniões de trabalho com o Senhor Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior como Perito convidado para avaliação da nova proposta da “Agenda de Inovação” a ser proposta no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio “Horizonte Europe” – 2021- 2027;
- Reuniões com empresas para definição de estratégias colaborativas: CELTEJO; SONAE; TIMWE; AUCHAN; TEKEVER; ALTRAN;
- Reuniões com Câmaras Municipais para definição de estratégias colaborativas de oferta formativa nos territórios: - Câmara Municipal do Fundão – CteSP em Comunicações Móveis; - Câmara Municipal de Proença a Nova
- Reunião com CMCB para alojamento de estudantes; Residência Calouste Gulbenkian e fundo imobiliário Fundiestamo;
- Reunião de Clusters Agroalimentares – Ministério da Economia com a Secretária de estado Ana Lehman
- Reunião com os Secretários de Estado da Agricultura e o das Florestas para apresentação e discussão do novo modelo de financiamento dos Centros de Competência – Ministério da Agricultura - Lisboa.
- Reuniões com a CCDRC para análise da execução física e financeira dos Projetos do IPCB financiados no âmbito do PO Centro.
- Reunião na CCDRC, com a presença da Secretária de estado da Indústria Ana Lehman para definição de edital para financiamento dos CTESP com forte e demonstrada interação com as empresas, desde a fase de planeamento, até ao seu funcionamento”, apoiando formatos mais flexíveis e adaptados às necessidades das empresas, dos territórios e dos alunos. Este assunto continuou a ser discutido com a CCDRC no IPCB em reunião entre os seus técnicos e os VP do IPCB.

Internacionalização

- Participação no Encontro AULP em Angola;
- Reunião com Vice-Presidente do GMIT (Irlanda), Prof. Caít Noon para desenvolvimento de parceria;
- Assinatura do protocolo com Instituto Universitário Atlântico (Brasil) para oferta de mestrados em conjunto
- Contacto com Câmaras Municipais da Ilha de Santo Antão (Cabo Verde) para assinatura de protocolos

- Assinatura de protocolo com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do ACRE (Brasil)

Outros Assuntos

- Presença no AirSummit em Ponte de Sor;
- Castelo Brando Moda 2018;
- Descontinuidade do projeto da Equipa de Futebol do IPCB.

Projetos de Modernização Administrativa

- Submissão de reprogramação do projeto SAMA S3iPCB (Aviso 01/SAMA/2015) com vista a maximizar o aproveitamento do financiamento aprovado 1.070.957,06 euros;
- Participação com a FCCN em projeto SAICT (Aviso 01/SAICT/2017) com investimento de 562.000 euros.
- Participação no Projeto Observatório para a Coesão Territorial (01/SAMA2020/2018).

6.2 – Proposta do Presidente do IPCB.

O Sr. Presidente do IPCB apresentou uma Proposta ao Conselho Geral no sentido de ser realizado de um estudo alargado, envolvendo os membros do Conselho Geral, acerca das necessidades do quadro docente e não docente, e diligenciar um plano, de acordo com as disponibilidades orçamentais, para abertura de concursos que visem a progressão na carreira.

O estudo deverá ser feito tendo em conta as áreas de conhecimento e categorias funcionais ao nível do corpo docente e não docente, permitindo uma comparação entre o estado atual e as necessidades do IPCB, de que deverá resultar um plano que, de acordo com as disponibilidades orçamentais, vise a aproximação da estrutura de Recursos Humanos atual à estrutura desejável. A realizar até final do ano de 2018.

O grupo de trabalho é constituído por: António Pinto, Arlindo Silva, Carlos Reis, Maria de Fátima Paixão, António Moitinho e José Alves, aguardado eventualmente mais um elemento que represente a ESALD.

O conselheiro António Moitinho Rodrigues manifestou disponibilidade para integrar o grupo de trabalho constituído por elementos do Conselho Geral proposto pelo Sr. Presidente do IPCB e criado para analisar a evolução do número de docentes, não docentes, estudantes e cursos com o objetivo de contribuir para avaliar a realidade atual da Instituição e pensar na sua estrutura ideal daqui a dez anos. O conselheiro António Moitinho Rodrigues solicitou que os esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente do IPCB relativamente aos objetivos deste grupo de trabalho constituído por membros do Conselho Geral do IPCB fossem vertidos em ata da Reunião.

O Sr. Presidente informou que o objetivo é a definição de diretrizes para a abertura de concursos para pessoal docente e não docente. Em concreto pretende-se a definição de um plano de ação para a abertura de concursos para o pessoal docente (professores adjuntos, professores coordenadores e professores coordenadores principais, por área científica). A abertura de concursos para a carreira docente foca-se em: i) professores adjuntos para suprir necessidades de docentes em determinadas áreas científicas; ii) promover maior estabilidade de carreira dos docentes, na medida em que é preferível ter um docente a tempo integral, com ou sem exclusividade, do que ter por exemplo 2 docentes a 50% que praticamente só lecionam e não se envolvem nos órgãos da Escola; iii) promover a progressão na carreira para os professores do IPCB, de professores adjuntos para professores coordenadores e de professores coordenadores para professores coordenadores principais.

Adiantou que existem dados que deverão ser tomados em conta, designadamente: Qualificação atual do corpo docente por área de formação; Distribuição do corpo docente por faixa etária dentro de cada área de formação; Rácio estudantes/docentes; Oferta formativa atual, histórico dos últimos anos relativamente ao número de novos estudantes; Necessidade do cumprimento de critérios impostos pela A3ES.

Como metodologia sugeriu serem recolhidos os dados sobre estes assuntos e realizadas reuniões com os órgãos de cada Escola.

O Conselheiro Henrique Gil fez ainda a seguinte intervenção, de caráter informativo.

“Fui convidado para fazer uma comunicação relacionada com «Novas Pedagogias e Novos Contextos Digitais» no encontro promovido pela Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Doutora Fernanda Rollo), pelo Secretário de Estado da Educação (Doutor João Costa) e pelo Presidente da ARIPESE (Doutor José Fernandes - Associação de Reflexão e Intervenção nas Políticas das Escolas Superiores de Educação, no passado dia 11 de Maio, no Instituto Politécnico de Viseu, onde se pretendeu apresentar a missão e os resultados da mesma nas diferentes ESSE do país, nas suas variadas valências. Na comunicação que fiz apelei para a necessidade de se instalar em cada uma das ESE uma «Sala de Aula do futuro» dado que o conceito que lhe está inerente vem proporcionar que se torne como um ‘Laboratório’ para a formação inicial contínua e especializada de professores onde se pretende incluir, de forma direta os Agrupamentos de Escolas das áreas de intervenção das ESE. Esta proposta acolheu o apoio favorável dos Secretários de Estado e do Presidente do CCISP para que se avançasse neste sentido. A fim de se concretizar esta iniciativa haverá o apoio da ERTE – Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas – do Ministério da Educação na questão da formação e da logística e o apoio dos IP e das Câmaras Municipais e das Comunidades Inter-Municipais para a aquisição de recursos materiais e digitais. Foi também abordado o facto de haver uma taxa de insucesso considerada significativa nas IFCs, especialmente

incidência, nos IP. No entender da Senhora Secretária de Estado, Doutora Fernanda Rollo, deverão ser as ESE a promover a formação pedagógica das IES, dado possuírem as competências nesta área. Aguarda-se uma decisão política para se poder avançar com esta formação pedagógica.

Informar ainda que estive em representação do IPCB no 1º Encontro da Secção de Educação a Distância da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, o qual decorreu no passado dia 13 de Julho na Universidade de Aveiro. Neste Encontro apresentei o plano de ação do IPCB para o e-Learning e a forma como se tem vindo a promover e a ampliar a oferta formativa de forma sustentada. Esta oferta formativa, para o ano letivo de 2018/19, apresenta cinco pós-graduações em formato online: Construção Sustentável de Edifícios (EST); Design e Fabrico Assistido por Computador (EST); Proteção Civil (ESA); Sistemas de Informação Geográfica (ESA); Gestão de Negócios (ESGIN).”

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que após aprovação do Conselho será assinada por mim que a secretariei e pelo Presidente do Conselho Geral.

O Presidente



Vitor Santos

(Professor Doutor Vítor Manuel da Silva Santos)

O Secretário



João Manuel Nunes Ventura

(Professor João Manuel Nunes Ventura)